

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.583 - RS (2019/0230257-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **RUMO MALHA SUL S.A**
ADVOGADOS : **ANA LUIZA GARCIA MACHADO - SP338087**
 FÁBIO KORENBLUM - RS092135A
 VIVIANE MEDRADO PEREIRA - SP389391
AGRAVADO : **NELSI WAHLBRINK AHLERT**
ADVOGADOS : **MARCELO TRINDADE DA SILVA - RS071596**
 SCHERLY CRISTINE REICHERT - RS091352
 RAFAEL DA SILVA ENDRIZZI - RS091778
INTERES. : **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE**
 TRANSPORTES - DNIT

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por RUMO MALHA SUL S.A, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. ART. 1.015 DO CPC. NÃO CONHECIMENTO.

1. O entendimento da decisão inicialmente proferida por este relator está em consonância com a orientação deste órgão julgador.
2. Na parte em que concede o prazo de 60 dias para a ré requerer administrativamente a concessão de uso especial para fins de moradia, a decisão agravada não tem conteúdo decisório porque o juízo não está decidindo se há ou não este direito, não está examinando os requisitos e não está deferindo nada a esse respeito seja contra a autora, seja em favor da ré, dizendo inclusive que esse direito deve ser examinado na via administrativa. Existe apenas a concessão de um prazo de suspensão do processo para possibilitar à ré que realize tal pedido se assim quiser.
3. Na parte em que suspende o processo, a decisão não é agravável porque o artigo 1.015 do CPC/15 estabeleceu de forma taxativa as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento e a decisão que suspende o processo não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no rol.
4. Agravo improvido" (fl. 72e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 86/92e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO EMBARGADO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis para o suprimento de omissão, saneamento de contradição, esclarecimento de obscuridade ou correção de erro material no julgamento embargado. A jurisprudência também os admite para fins de prequestionamento.
2. Os embargos declaratórios não se prestam à reforma do julgado proferido, nem substituem os recursos previstos na legislação processual para que a parte inconformada com o julgamento possa buscar sua revisão ou reforma.
3. Embargos declaratórios parcialmente providos apenas para fins de prequestionamento" (fl. 106e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. **489, § 1º, IV e VI, 1.015, I, 1.022, I e II, do CPC/2015**, sustentando: a) omissão no acórdão sobre questões relevantes ao deslinde da controvérsia e b) diante do princípio da taxatividade mitigada, cabe Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que, "em sede de tutela provisória, de ofício, assinou prazo de 60 (sessenta) dias para que a parte Agravada comprovasse protocolo administrativo do pedido de uso especial para fins de moradia em relação ao imóvel objeto do feito, juto ao (...) DNIT", bem como determinou que, "com a comprovação do pedido, o feito será suspenso por 90 (noventa) dias, seguindo-se de intimação do DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT para informação acerca do andamento do procedimento" (fl. 121e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 144/148e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 151/152e), foi interposto o presente Agravo (fls. 164/173e).

Contraminuta a fls. 182/185e.

A irresignação não merece prosperar.

De início, verifica-se que a agravante não demonstrou no que consistiu a suposta ofensa aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CONTRARIEDADE A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME EM APELO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, II, E 1.022, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. LEI MUNICIPAL. SÚMULA 280/STF.

1. O exame da violação de dispositivos constitucionais (art. 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal) é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

2. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa aos arts. 489, II, e 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. A demanda foi dirimida no acórdão recorrido com base em norma local (Lei Complementar Municipal 56/1992, fls. 349-354, e-STJ). Logo, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, em face da aplicação, por analogia, da Súmula 280 do STF: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.' 4. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1823626/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 05/11/2019).

Quanto ao art. 1.015 do CPC/2015, o STJ fixou tese (Tema 988) no sentido de que o rol de tal dispositivo encerra "taxatividade mitigada". Contudo, essa "taxatividade mitigada" somente deve ser observada para as decisões interlocutórias que tiverem sido proferidas após a publicação do acórdão proferido no REsp 1.704.520/MT – ocorrida em 19/12/2018.

Senão, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DA LISTA DO ART. 1.015 DO CPC/2015. MITIGAÇÃO DA TAXATIVIDADE DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. TEMA 988/STJ. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. APLICAÇÃO DA TESE PARA AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS APÓS A

PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.704.520/MT (TEMA 988), representativo da controvérsia, firmou a tese de que 'o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação'. Estabeleceu-se, ainda, no dito julgamento, que a referida tese jurídica somente se aplicará às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão correspondente.
2. No caso, é de ser mantido o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca do cabimento do Agravo de Instrumento apenas nas hipóteses previstas no artigo 1.015 do CPC/2015, uma vez que o acórdão local, e, conseqüentemente, a própria decisão agravada, é anterior à publicação do acórdão desta Corte em que firmada a tese concernente à taxatividade mitigada do rol estabelecido no referido dispositivo legal.
3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.798.886/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/04/2019).

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

- 1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.
- 2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as 'situações que, realmente, não

podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação'.

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de

Superior Tribunal de Justiça

admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.

9- Recurso especial conhecido e provido" (STJ, REsp 1.704.520/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJe de 19/12/2018).

No caso dos autos, a decisão atacada foi prolatada anteriormente ao marco temporal acima mencionado, sendo, portanto, inaplicável.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora